

VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO

*Lei de*  
**IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA**  
*Comentada*

Com as alterações da  
**Lei nº 14.230/2021**

Prefácio  
**Luiz Fux**

Apresentação  
**André Mendonça**

Posfácio  
**Mauro Campbell Marques**

**FORUM**

Valter Shuenquener de Araujo

Prefácio

Luiz Fux

Apresentação

André Mendonça

Posfácio

Mauro Campbell Marques

**LEI DE IMPROBIDADE  
ADMINISTRATIVA**  
**Comentada**  
**Com as alterações da  
Lei nº 14.230/2021**

**Área específica**

DIREITO ADMINISTRATIVO

**Áreas afins**

DIREITO ADMINISTRATIVO,  
DIREITO PÚBLICO,  
DIREITO CONSTITUCIONAL,  
DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**Palavras-chave**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA,  
DIREITO ADMINISTRATIVO  
SANCIONADOR, LEI Nº 8.429/92

Este livro analisa, artigo por artigo, a Lei nº 8.429/92 com as modificações introduzidas pela Lei nº 14.230/21. O autor, professor de Direito Administrativo da faculdade de Direito da UERJ, apresenta um didático trabalho acadêmico contendo as principais controvérsias oriundas da aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.

O texto descortina o tema objeto de estudo à luz do Direito Administrativo Sancionador e da sua racionalidade, bem como lança comentários críticos importantes sobre os variados institutos encartados na Lei de Improbidade Administrativa.

Não se está diante de um livro que apenas repete o texto dos artigos legais com breves e secos comentários. Há, por outro lado, profundidade teórica nos comentários, clareza e objetividade na escrita, uma ampla análise dos julgados e um convite à reflexão sobre o que é necessário para a eficiência de um sistema punitivo estatal.

**FORMATO: 17 x 24 cm**  
**CÓDIGO: 10003556**

A6631

Araujo, Valter Shuenquener de

Lei de Improbidade Administrativa: Comentada: Com as alterações da Lei nº 14.230/2021 / Valter Shuenquener de Araujo. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.

416 p. ; 17cm x 24cm.

ISBN: 978-65-5518-506-5

1. Improbidade Administrativa. 2. Direito Administrativo. 3. Lei nº 8.429/92. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

2023-76

**Valter Shuenquener de Araujo** é Doutor em Direito Público (UERJ). Doutorado-Sanduíche pela Ruprecht-Karls Universität de Heidelberg (Alemanha). Professor Associado de Direito Administrativo (UERJ). Juiz Federal. Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (2020-2022). Conselheiro do CNMP (2015-2020). Juiz Auxiliar no TSE (2015). Juiz Auxiliar e Instrutor no STF (2011-2014). Procurador do Estado do Rio de Janeiro (2000-2001). Procurador Federal (2000).

## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

### A CULTURA DA PROBIDADE

### COMO VIRTUDE DE UMA SOCIEDADE

**Ministro Luiz Fux**..... 21

NOTA DO AUTOR ..... 25

### APRESENTAÇÃO

**Ministro André Mendonça**..... 29

ARTIGO 1º ..... 31

- 1.1) Tema central do dispositivo: Sujeito passivo e alcance da Lei de Improbidade..... 32
- 1.2) Explicação do dispositivo ..... 32
- 1.3) Polêmicas e peculiaridades do artigo..... 36
  - 1.3.1) Concessionárias e permissionárias privadas prestadoras de serviços públicos..... 36
  - 1.3.2) Sindicatos..... 36
  - 1.3.3) Notários e registradores ..... 38
  - 1.3.4) Partidos políticos como sujeitos passivos ..... 38
  - 1.3.5) Entidades semiestatais (empresas público-privadas) ..... 39
  - 1.3.6) Entidades do terceiro setor [serviços sociais autônomos, organizações sociais (OSs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), organizações da sociedade civil (OSCs), entidades de apoio etc.] ..... 39
  - 1.3.7) Fundações privadas criadas por estatais ..... 40
  - 1.3.8) Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional ..... 41
  - 1.3.9) Cônjuge que pretende tornar-se parte ré na ação de improbidade para defender a sua meação ..... 42
  - 1.3.10) Parcerias público-privadas (PPPs)..... 42
  - 1.3.11) Dolo específico ..... 43

ARTIGO 2º ..... 45

- 2.1) Tema central do dispositivo: Sujeito ativo..... 45
- 2.2) Explicação do dispositivo ..... 45
- 2.3) Polêmicas e peculiaridades do artigo..... 47
  - 2.3.1) Constitucionalidade do rol dos sujeitos ativos ..... 47
  - 2.3.2) Alcance da expressão agentes políticos ..... 48
  - 2.3.3) Presidente da República..... 49
  - 2.3.4) Ministro de Estado ..... 50
  - 2.3.5) Ocupantes de cargos vitalícios (Magistrados, Membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas) ..... 52
  - 2.3.6) Estagiários ..... 55
  - 2.3.7) Bolsistas (Pesquisadores e estudantes bolsistas) ..... 56
  - 2.3.8) Agentes públicos e a polêmica da prerrogativa de foro ..... 58
  - 2.3.9) Atuação do Procurador-Geral de Justiça (PGJ)..... 64
  - 2.3.10) Dirigentes e empregados de concessionárias e permissionárias de serviços públicos ..... 65
  - 2.3.11) Inexistência da improbidade administrativa praticada por particular ou por agente público que atue no desempenho de uma função privada ..... 66
  - 2.3.12) Jurisprudência em teses do STJ. .... 67

ARTIGO 3º .....	69
3.1) Tema central do dispositivo: Particular como sujeito ativo. Pessoa física e jurídica. ....	69
3.2) Explicação do dispositivo .....	69
3.3) Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	70
3.3.1) Solidariedade da responsabilidade .....	70
3.3.2) Litisconsórcio passivo: necessário ou facultativo? .....	72
3.3.3) Pessoas jurídicas no polo passivo da ação de improbidade .....	74
3.3.4) Terceirizados (empregados de empresas de cessão de mão-de-obra).....	77
3.3.5) Particular que se beneficia com a prática de uma conduta ímproba sem ter induzido ou concorrido com um agente público .....	77
3.3.6) Responsabilidade dos agentes públicos situados na cúpula da Administração .....	78
3.3.7) Jurisprudência em teses do STJ.....	80
ARTIGO 7º .....	81
7.1) Tema central do dispositivo: Representação ao MP sobre a prática da improbidade administrativa.....	81
7.2) Explicação do dispositivo .....	81
7.3) Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	81
7.3.1) Ramo do Ministério Público com atribuição no caso concreto.....	81
ARTIGO 8º .....	86
8.1) Tema central do dispositivo: Responsabilidade do sucessor ou herdeiro.....	86
8.2) Explicação do dispositivo .....	86
8.3) Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	87
8.3.1) Limite da responsabilidade do sucessor pelo valor máximo da herança transferida .....	87
8.3.2) Limite da responsabilidade do sucessor em razão do tipo de conduta praticada pelo falecido .....	87
8.3.3) Limite da responsabilidade do sucessor em razão do tipo de dever ou punição .....	88
8.3.4) Reserva dos bens no processo de inventário.....	91
8.3.5) Inclusão do sucessor no polo passivo da ação de improbidade.....	91
ARTIGO 8º-A.....	93
8-A.1) Tema central do dispositivo: Responsabilidade sucessória da pessoa jurídica. ....	93
8-A.2) Explicação do dispositivo .....	93
8-A.3) Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	94
8-A.3.1) Ausência de transferência para a pessoa jurídica sucessora das penas de proibição de contratar com a administração ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.....	94
8-A.3.2) Cisão total e delimitação da responsabilidade das pessoas jurídicas sucessoras nesta operação societária .....	94
8-A.3.3) Responsabilidade da pessoa jurídica sucessora de uma pessoa jurídica condenada por conduta do art. 11 .....	95
ARTIGO 9º .....	97
9.1) Tema central do dispositivo: Improbidade que importa enriquecimento ilícito.....	98
9.2) Explicação do dispositivo .....	98
9.3) Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	101
9.3.1) Recebimento de presentes.....	101

9.3.2)	Utilização de pessoal ou de bens públicos móveis em obra ou serviço particular .....	102
9.3.3)	Ônus da prova quanto à evolução desproporcional do patrimônio .....	104
9.3.4)	Prática de conduta descrita no art. 9º que, no caso concreto, não acarrete enriquecimento ilícito .....	109
9.3.5)	Contratação de quem deixou de ser agente público por pessoa suscetível de ser atingida por ação ou omissão do agente enquanto ele estava na atividade .....	109
9.3.6)	Incorporação de bem de terceiro .....	110
9.3.7)	Uso de bens ou de valores públicos no interesse privado .....	111
9.3.8)	Uso para fins privados seguido de restituição .....	113
9.3.9)	Enriquecimento indevido na omissão .....	113
9.3.10)	Terceiro que não integrou a lide .....	114
9.3.11)	Devolução em dobro do valor acrescido ao patrimônio .....	114
9.3.12)	Jurisprudência em teses do STJ .....	115
ARTIGO 10 .....		116
10.1)	Tema central do dispositivo: Improbidade que causa dano ao erário .....	118
10.2)	Explicação do dispositivo .....	119
10.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo .....	120
10.3.1)	Alcance do dano mencionado pelo art. 10 (erário e patrimônio público) .....	120
10.3.2)	Improbidade na modalidade culposa .....	121
10.3.3)	Contratação direta e dano ao erário (dano presumido ou efetivo?) .....	125
10.3.4)	Contratação direta e responsabilidade do parecerista .....	135
10.3.5)	A aferição do dolo (dolo genérico ou específico?) .....	139
10.3.6)	Ressarcimento ao erário e enriquecimento sem causa .....	141
10.3.7)	Ausência de perda patrimonial efetiva e condenação pelo art. 10 .....	144
10.3.8)	Art. 10, inciso XX, da LIA (antigo art. 10-A) - Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário .....	145
ARTIGO 11 .....		147
11.1)	Tema central do dispositivo: Improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública .....	148
11.2)	Explicação do dispositivo .....	149
11.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo .....	152
11.3.1)	Dolo (genérico ou específico?) e má-fé do sujeito ativo .....	152
11.3.2)	Ofensa ao princípio da legalidade .....	156
11.3.3)	Princípio da legalidade e princípio da juridicidade .....	157
11.3.4)	Ofensa ao princípio da legalidade desacompanhada de uma desonestidade qualificada .....	158
11.3.5)	Conduta mencionada pelos incisos do art. 11, mas que acarrete enriquecimento indevido ou dano ao erário .....	158
11.3.6)	Conduta que negue publicidade a atos oficiais .....	159
11.3.7)	Conduta que negue publicidade e LGPD .....	161
11.3.8)	Publicidade pessoal .....	161
11.3.9)	Ofensa aos princípios e o princípio da realidade .....	162
11.3.10)	Ofensa à impessoalidade e contratação sem concurso público .....	163
11.3.11)	A tentativa de enriquecimento ilícito ou de provocar dano ao erário como hipótese de ofensa do art. 11 .....	164
11.3.12)	Responsabilidade por ofensa a princípios na modalidade culposa .....	165

11.3.13)	Omissão quanto ao dever de prestar contas, contas prestadas em atraso ou contas com informações falsas ou errôneas (art. 11, VI): .....	165
11.3.14)	Contratação de parentes e afins e improbidade .....	167
11.3.15)	Jurisprudência em teses do STJ .....	168
ARTIGO 12.....		169
12.1)	Tema central do dispositivo: Regime jurídico das sanções .....	170
12.2)	Explicação do dispositivo .....	171
12.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo .....	178
12.3.1)	Punição abaixo do mínimo legal .....	178
12.3.2)	Pena de perda da função pública de quem ocupa cargo vitalício .....	179
12.3.3)	Acumulação de cargos e perda da função pública .....	182
12.3.4)	Pena de perda de função pública diversa daquela ocupada quando da prática da conduta ímproba .....	184
12.3.5)	Parâmetros para a escolha das sanções .....	188
12.3.6)	Condenação em ação de improbidade administrativa e Lei da Ficha Limpa .....	190
12.3.7)	Ressarcimento ao erário como única medida imposta e danos morais .....	194
12.3.8)	Ressarcimento ao erário na improbidade e em razão de condenação pelo Tribunal de Contas .....	196
12.3.9)	Alcance da pena de proibição de contratar com o Poder Público .....	198
12.3.10)	Gradação do tempo da pena de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios .....	203
12.3.11)	Pena de cassação de aposentadoria ou penas não previstas expressamente na Lei nº 8.429 .....	206
12.3.12)	Alcance da pena da perda de bens sobre o bem de família .....	209
12.3.13)	Perda de bens e de valores e seu alcance em relação àqueles adquiridos antes da prática da conduta ímproba .....	210
12.3.14)	Pena de demissão (disciplinar) com fundamento na improbidade administrativa .....	211
12.3.15)	Desconsideração da pessoa jurídica para aplicação de sanção na improbidade administrativa .....	213
12.3.16)	Dano moral ao patrimônio público, dano moral coletivo e ressarcimento ao erário .....	215
12.3.17)	Parâmetros para o reconhecimento do dano moral coletivo .....	219
12.3.18)	Ressarcimento integral dos lucros cessantes .....	220
12.3.19)	Dosimetria da pena pelo STJ .....	220
12.3.20)	Conduta única que se amolda nas diversas espécies de improbidade administrativa .....	221
12.3.21)	Variedade de condutas que se encaixam nas hipóteses dos arts. 9º, 10 e 11 .....	222
12.3.22)	Aplicação cumulativa das sanções .....	222
12.3.23)	Continuidade delitiva .....	223
12.3.24)	Destinação da multa .....	226
12.3.25)	Cumulação do pedido de aplicação de sanção (sentença condenatória) com outros pedidos .....	226
12.3.26)	Ressarcimento integral do dano e/ou restituição dos bens não geram anistia .....	226
12.3.27)	Termo inicial da incidência dos juros e da correção monetária incidentes sobre a multa .....	227
12.3.28)	Aplicação isolada e cumulativa da proibição de contratar com o poder público, da proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais e da proibição de receber benefícios ou incentivos creditícios .....	228

12.3.29)	Proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios que atinge pessoa jurídica da qual o condenado seja sócio majoritário .....	229
12.3.30)	Coisa julgada parcial e execução definitiva parcial da condenação:.....	229
12.3.31)	Jurisprudência em teses do STJ .....	231
ARTIGO 13.....		232
13.1)	Tema central do dispositivo: Dever de apresentar declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza para a Administração em que exerce atividade .....	232
13.2)	Explicação do dispositivo .....	232
13.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo .....	233
13.3.1)	Competência para legislar sobre o tema .....	233
13.3.2)	Declaração falsa e consequência .....	233
13.3.3)	Alcance da obrigação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza aos que trabalham nas entidades do art. 1º da Lei nº 8.429.....	233
13.3.4)	Substituição da obrigatoriedade de apresentação da declaração por uma autorização .....	234
ARTIGO 14.....		235
14.1)	Tema central do dispositivo: Representação para comunicar a prática da improbidade administrativa. ....	235
14.2)	Explicação do dispositivo .....	235
14.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo:.....	236
14.3.1)	Representação apócrifa (delação anônima).....	236
14.3.2)	Representação que não indica informações mínimas e razoáveis sobre o fato, sua autoria e as provas: .....	239
14.3.3)	Representação à autoridade administrativa e ao Ministério Público .....	240
ARTIGO 15.....		241
15.1)	Tema central do dispositivo: Comissão processante do procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade. ....	241
15.2)	Explicação do dispositivo .....	241
15.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	241
15.3.1)	Alcance da expressão “designação para acompanhar o procedimento” .....	241
ARTIGO 16.....		243
16.1)	Tema central do dispositivo: Decretação de indisponibilidade dos bens.....	244
16.2)	Explicação do dispositivo .....	244
16.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	249
16.3.1)	Diferença entre a medida cautelar do sequestro e a decretação de indisponibilidade .....	249
16.3.2)	Requerimento da decretação de indisponibilidade pelo Ministério Público e pela pessoa jurídica interessada.....	252
16.3.3)	Decretação de indisponibilidade de bens de ofício pelo magistrado .....	254
16.3.4)	Decretação de indisponibilidade de bens adquiridos antes da prática da improbidade ou antes mesmo da assunção da função pública .....	256
16.3.5)	Decretação de indisponibilidade do imóvel bem de família .....	257
16.3.6)	Decretação de indisponibilidade de bens impenhoráveis.....	259
16.3.7)	Decretação de indisponibilidade de bens no caso de condutas que apenas atentem contra os princípios da Administração Pública (condutas do art. 11 da LIA) .....	260
16.3.8)	Limite máximo do valor da decretação de indisponibilidade .....	262

16.3.9)	A (des)necessidade de comprovação do perigo da demora para o deferimento da decretação de indisponibilidade .....	263
16.3.10)	A (des)necessidade de comprovação da dilapidação patrimonial para o deferimento da decretação de indisponibilidade de bens .....	265
16.3.11)	Responsabilidade civil do Estado ou da parte autora da ação de improbidade por prejuízo resultante da decretação de indisponibilidade dos bens .....	266
16.3.12)	Desnecessidade de individualização dos bens a serem atingidos pela Decretação de Indisponibilidade .....	268
16.3.13)	Necessidade de a decretação de indisponibilidade não inviabilizar a subsistência digna do acusado .....	268
16.3.14)	Desnecessidade de o requerimento da decretação de indisponibilidade ser feito, apenas, após o final do processo administrativo (ou do inquérito).....	271
16.3.15)	A decretação de indisponibilidade para fazer frente à responsabilidade de terceiros .....	271
16.3.16)	Jurisprudência em teses do STJ .....	273
ARTIGO 17.....		275
17.1)	Tema central do dispositivo: Aspectos processuais da ação de improbidade.....	277
17.2)	Explicação do dispositivo .....	278
17.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	282
17.3.1)	Punição por espécie de conduta diversa da mencionada na petição inicial .....	282
17.3.2)	Aplicação de sanção diversa da que foi requerida na inicial.....	287
17.3.3)	Da controvérsia sobre a legitimidade exclusiva do Ministério Público para a propositura da ação .....	289
17.3.4)	Ausência de limites muito rigorosos para o ajuizamento da ação de improbidade.....	290
17.3.5)	Designação de advogado/procurador ou contratação de advogados pela Administração Pública para a defesa do réu agente público .....	292
17.3.6)	Litisconsórcio entre Ministério Público Estadual e Federal.....	295
17.3.7)	Recurso cabível da decisão judicial que reconhece a ilegitimidade passiva de algum(ns) dos vários réus e fungibilidade recursal: .....	299
17.3.8)	Necessidade de autorização do Procurador-Geral do Estado e desnecessidade de autorização do Governador do Estado para o ajuizamento da ação de improbidade: .....	300
17.3.9)	Jurisprudência em teses do STJ .....	301
ARTIGO 17-B.....		303
17-B.1)	Tema central do dispositivo: Acordo de Não Persecução civil (ANPC). .....	304
17-B.2)	Explicação do dispositivo .....	304
17-B.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	308
17-B.3.1)	Pessoa jurídica interessada e acordo de não persecução civil .....	308
17-B.3.2)	Definição do ressarcimento integral.....	310
17-B.3.3)	Órgão do MP competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis e para aprovar os acordos de não persecução civil.....	310
17-B.3.4)	Acordo de não persecução civil e homologação judicial.....	311
17-B.3.5)	Oitiva do ente federativo lesado e lesão que atinge pessoa não integrante da administração .....	312
17-B.3.6)	O significado da expressão ressarcimento integral .....	313



17-B.3.7)	Confissão e o acordo de não persecução civil (ANPC) .....	314
17-B.3.8)	Colaboração premiada na ação de improbidade:.....	315
ARTIGO 17-C.....		319
17-C.1)	Tema central do dispositivo: Requisitos da sentença e dosimetria.....	320
17-C.2)	Explicação do dispositivo .....	320
17-C.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	322
17-C.3.1)	A efetividade da regra que determina considerar, na aplicação das sanções, a dosimetria relativa ao mesmo fato já aplicada ao agente .....	322
17-C.3.2)	Circunstâncias agravantes e atenuantes .....	323
17-C.3.3)	Antecedentes.....	324
ARTIGO 17-D .....		326
17-D.1)	Tema central do dispositivo: Ação de improbidade e ação civil pública.....	326
17-D.2)	Explicação do dispositivo .....	327
17-D.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo:.....	327
17-D.3.1)	Ajuizamento de uma ação de improbidade para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	327
17-D.3.2)	Ação de improbidade e sua natureza civil .....	328
ARTIGO 18.....		329
18.1)	Tema central do dispositivo: Destinação do produto da condenação e sua liquidação .....	329
18.2)	Explicação do dispositivo .....	329
18.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	330
18.3.1)	Destinatário do valor da multa .....	330
18.3.2)	Destinação dos valores obtidos com a condenação ou acordo na improbidade a fundos públicos .....	331
18.3.3)	Abatimento dos serviços efetivamente prestados .....	332
ARTIGO 18-A .....		334
18-A.1)	Tema central do dispositivo: Unificação e cumulação das sanções. ....	334
18-A.2)	Explicação do dispositivo .....	334
18-A.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	336
18-A.3.1)	Continuidade delitiva e unificação de penas antes da condenação.....	336
18-A.3.2)	Valor máximo para a pena de multa .....	337
ARTIGO 19.....		339
19.1)	Tema central do dispositivo: Representação criminosa da prática de improbidade administrativa por quem o autor da denúncia sabe ser inocente.....	339
19.2)	Explicação do dispositivo .....	339
19.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	340
19.3.1)	Dano moral decorrente da representação caluniosa .....	340
ARTIGO 20.....		342
20.1)	Tema central do dispositivo: Afastamento preventivo e eficácia das sanções. ....	342
20.2)	Explicação do dispositivo .....	342
20.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	344
20.3.1)	Suspensão de liminar e afastamento temporário .....	344

20.3.2.)	Parcelas devidas ao agente público afastado. A situação das parcelas de natureza indenizatória e das vantagens remuneratórias de caráter <i>pro labore faciendo</i> .....	344
20.3.3)	Medidas cautelares atípicas.....	345
20.3.4)	Afastamento preventivo de prefeito e mandato.....	346
20.3.5)	Jurisprudência em teses do STJ.....	347
ARTIGO 21.....		349
21.1)	Tema central do dispositivo: Comunicabilidade de instâncias e improbidade desacompanhada do dano. ....	349
21.2)	Explicação do dispositivo.....	350
21.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	354
21.3.1)	Cobrança de multa pelo Tribunal de Contas e ação de improbidade.....	354
21.3.2)	Aplicação das sanções no caso de aprovação das contas pelo Tribunal de Contas e dolo.....	355
21.3.3)	Efeitos da condenação na ação de improbidade superveniente à absolvição por decisão colegiada nos autos da ação penal.....	355
21.3.4)	Prova emprestada e sua utilização na ação de improbidade.....	356
ARTIGO 22.....		359
22.1)	Tema central do dispositivo: Investigação da improbidade administrativa pelo Ministério Público.....	359
22.2)	Explicação do dispositivo.....	359
22.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	360
22.3.1)	Procedimentos investigativos assemelhados.....	360
22.3.2)	Investigação da improbidade pela pessoa jurídica interessada.....	360
ARTIGO 23.....		362
23.1)	Tema central do dispositivo: Prescrição.....	363
23.2)	Explicação do dispositivo.....	363
23.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	368
23.3.1)	Ressarcimento ao erário e sua imprescritibilidade.....	368
23.3.2)	Arquivamento do procedimento investigativo não autorizado pelo órgão revisor e prazo para ajuizamento da ação de improbidade.....	376
23.3.3)	Suspensão do prazo prescricional a partir do início das tratativas para a formalização do acordo de não persecução civil:.....	376
23.3.4)	Direito intertemporal e aplicação do prazo prescricional introduzido pela Lei nº 14.230 em relação a fatos anteriores.....	378
23.3.5)	Controvérsias do período da redação original do art. 23 da LIA.....	382
23.3.6)	Jurisprudência em teses do STJ.....	386
ARTIGO 23-A.....		387
23-A.1)	Tema central do dispositivo: Capacitação em matéria de improbidade administrativa.....	387
23-A.2)	Explicação do dispositivo.....	387
23-A.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	387
23-A.3.1)	Medidas para sanar a inércia.....	387
23-A.3.2)	Periodicidade da capacitação contínua.....	387
ARTIGO 23-B.....		388
23-B.1)	Tema central do dispositivo: Honorários, custas e demais despesas processuais na ação de improbidade.....	388

23-B.2)	Explicação do dispositivo .....	388
23-B.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	389
23-B.3.1)	Má-fé e responsabilidade da parte.....	389
ARTIGO 23-C.....		390
23-C.1)	Tema central do dispositivo.....	390
23-C.2)	Explicação do dispositivo .....	390
ARTIGO 24.....		392
24.1)	Tema central do dispositivo: Vigência da Lei nº 8.429.....	392
24.2)	Explicação do dispositivo .....	392
24.3)	Polêmicas e peculiaridades do artigo.....	392
24.3.1)	Aplicação retroativa da Lei nº 8.429 .....	392
24.3.2)	Improbidade praticada de forma permanente ou em continuidade delitiva .....	397
24.3.3)	Retroatividade ou irretroatividade da reforma promovida pela Lei nº 14.230/21 .....	398
24.3.4)	Adoção das alterações da Lei nº 14.230 para desconstituir uma demissão aplicada em processo administrativo disciplinar com o fundamento da prática de improbidade .....	399
ARTIGO 25.....		401
25.1)	Tema central do dispositivo: Revogação expressa de leis anteriores. ....	401
25.2)	Explicação do dispositivo .....	401
POSFÁCIO		
	<b>Ministro Mauro Campbell Marques.</b> ....	403
REFERÊNCIAS .....		405
ANEXO 1: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA LEI Nº 8.429.....		409
ANEXO 2: JUSTIFICATIVA DO PL Nº 2.505/2021 (NÚMERO ANTERIOR: PL Nº 10.887/2018) – PL QUE ORIGINOU A LEI Nº 14.230/2021 .....		411